

Governo vai cobrar dívida dos estados

Gecy Belmonte e Chico Mendonça

BRASÍLIA — O Ministério da Economia vai chamar até o final do mês os governos estaduais e municipais para cobrar os encargos atrasados de uma dívida de US\$ 14,5 bilhões, acumulada entre a década de 70 e dezembro do ano passado. Até o final de 1990, conforme lei aprovada pelo Congresso Nacional, os estados, municípios e estatais estaduais devem pagar ao Tesouro Nacional US\$ 1,5 bilhão, referente aos juros dessa dívida. Desde janeiro, contudo, não é feito nenhum pagamento.

Além disso, o governo federal terá que encontrar uma solução para saldar os US\$ 2,3 bilhões vencidos no ano passado junto a credores externos, de responsabilidade de estatais federais e também de estados e municípios, não honrados pelo Tesouro. A saída estará também na mesa de negociação porque não há previsão de receita no orçamento deste ano para essa despesa.

O atraso no pagamento dos juros da dívida de US\$ 14,5 bilhões tem efeito em cadeia nos cofres do governo federal. As parcelas não cumpridas fazem parte do conjunto de receitas que o Tesouro deverá utilizar para tapar um outro rombo, também de US\$ 2,3 bilhões, referente aos encargos da dívida externa dos estados e municípios que vencem este ano. Desse total, os governos estaduais e municipais têm que arcar com US\$ 1,08 bilhão e a União com US\$ 1,21 bilhão.

Com tanto a receber, o governo federal poderia se valer do Artigo 160 da Constituição que autoriza o bloqueio das transferências dos fundos de participação dos estados e municípios toda vez que houver atraso nesses reembolsos. "O governo quer negociar", ressalta, porém, o diretor do Departamento do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, Roberto Figueiredo Guimarães. Mas essa disposição esbarra na política de contenção do déficit público e na meta de alcançar este ano um superávit de 2% do PIB.

Calote — A história desse monumental débito tem vários capítulos de muita condescendência do

próprio governo federal. Durante toda a década de 70, com a abundância dos empréstimos externos, a administração direta e indireta dos estados e municípios, além das estatais federais, se endividaram praticamente sem limites, sempre com o aval do Tesouro Nacional e sem qualquer garantia. Até o final de 1982, quando explodiu no México a crise da balança de pagamentos dos países endividados, a rolagem dessa dívida era feita automaticamente com os bancos credores. Mas o quadro mudou no ano seguinte. Os bancos não aceitaram mais a rolagem automática e o Tesouro Nacional foi chamado a honrar os compromissos.

Diante das dificuldades de caixa, o governo federal passou a lançar títulos da dívida interna para pagar os encargos que venciam. No esforço de receber pelo menos parte do débito dos estados, municípios e estatais federais, foi enviado ao Congresso Nacional, em meados do ano passado, um projeto que fixava um prazo de 20 anos, com carência de cinco, para o pagamento do principal da dívida já vencida — toda ela refinanciada pelo Banco do Brasil. Os devedores deveriam ainda, já a partir deste ano, saldar 5% do principal mais os juros.

O total da dívida vencida era de US\$ 11,2 bilhões. Durante a tramitação do projeto no Congresso, no entanto, os parlamentares, cedendo à pressão dos go-

vernadores, incluíram no texto, com direito às mesmas facilidades, um débito de US\$ 3,3 bilhões referente ao plano de saneamento dos estados, municípios e bancos oficiais lançado em 1987 pelo governo federal. Além disso, eliminaram o pagamento anual de 5% do principal. Estimulada pela crise econômica que permeou o governo Sarney, boa parte dos beneficiados pelo plano de saneamento seguiu com a mesma prática de nada pagar. O resultado é o registro atual da dívida de US\$ 14,5 bilhões nas contas do Tesouro Nacional.

Batalha — O corte da exigência de pagamento de 5% do principal já abriu uma nova trincheira na batalha entre os governos federal, estaduais e municipais. Como esses reembolsos foram lançados como receita para que a União rolasse este ano 75% da dívida vencida dos estados e municípios, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, assinou uma portaria no último dia 30 reduzindo o percentual de rolagem para 53%. Assim, governadores e prefeitos receberam o troco e terão que pagar não mais 25% da parcela vencida, mas 47%. "Não há razão para reclamação. O governo não criou novidade alguma", avisa o diretor do Departamento do Tesouro Nacional.

Guimarães ressalta ainda que o plano de estabilização recheou os cofres estaduais e municipais com o aumento da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, que compõem os fundos de participação. Em abril, as transferências desses fundos chegaram a Cr\$ 51 bilhões, contra Cr\$ 23,6 bilhões em fevereiro. Somente nos dez primeiros dias de maio, estados e municípios receberam Cr\$ 62 bilhões de repasses. A estimativa oficial indica que até o final deste mês mais Cr\$ 60 bilhões serão transferidos.

Ele lembra ainda que no ano passado houve um crescimento real de 10% dos fundos de participação em relação a 1988, enquanto a arrecadação tributária bruta do governo federal caiu 8%. "O governo federal está fazendo a sua parte, com o ajuste fiscal, mas não estou vendo os estados se mobilizarem na mesma direção", observa o diretor do Departamento do Tesouro.

Os principais devedores (*)

Estado	percentual (%)
São Paulo	45,0
Rio de Janeiro	17,0
Rio Grande do Sul	8,5
Minas Gerais	5,2
Paraná	4,0
Bahia	3,0
Santa Catarina	3,0
Goiás	2,5
Outros	11,8

* Com relação aos US\$ 1,5 bilhão de juros a serem pagos este ano.